



PUBLICAÇÃO: 15/12/2017

RiMa Editora

Redução da vulnerabilidade a desastres: do conhecimento à ação

Este livro pretende fornecer exemplos de estruturas que incentivem a atenção à multidimensionalidade e à complexidade da vulnerabilidade de desastres. O livro também pretende promover o debate no Brasil e em todas as Américas sobre a vulnerabilidade aos desastres, **analisando suas dimensões sociais, econômicas, ambientais, políticas, técnicas e institucionais.**

O livro tem 87 contribuidores com 28 capítulos, começando com um prefácio de Allan Lavell. O livro usa quadros analíticos ecológicos políticos de ponta, como Progressão de Vulnerabilidade (PAR) desenvolvido originalmente em Blaikie et al. 1994 e posteriormente expandido e revisado, e Análise forense de desastres (FORIN) desenvolvido por uma equipe no IRDR em Pequim, sob o patrocínio do Conselho Internacional para a Ciência. As abordagens qualitativas e quantitativas são representadas, como o Índice de Vulnerabilidade Social (SOVI), que é aplicado ao Brasil. A seção final aborda alguns esforços sustentados para melhorar a pesquisa, política e ação de redução de desastres. Estas e outras contribuições estão em inglês; enquanto alguns outros estão em espanhol e português.

Ainda há várias lacunas, este livro é uma ponte importante entre o Brasil e o resto da América Latina, envolvendo autores, revisores, cientistas, profissionais, decisores políticos e outras partes interessadas neste tema. Este é um esforço contínuo para encontrar rotas para reduzir vulnerabilidades, novos capítulos, espaço para comentários e oportunidades para revisões planejadas para o futuro.

FONTE: http://www.preventionweb.net/publications/view/56269?&a=email&utm_source=pw_email



Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)

Delegacia do Estado do Ceará

Minha cidade é resiliente?

<http://adesgce.net/news/minha-cidade-e-resiliente.html>

Apresentação

A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) é uma sociedade civil sem fins lucrativos e duração ilimitada, reconhecida de utilidade pública pelo Ministério da Justiça de acordo com o Decreto nº 36.359, de 21 de outubro de 1954.

Quem Somos

Somos uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem buscado preservar e projetar valores morais e espirituais da nacionalidade; incentivar a comunhão de interesses e solidariedade entre seus membros; difundir o Método de Planejamento Estratégico e estudos conjunturais, relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento, a partir dos métodos de trabalho e dos estudos conduzidos na ESG. A ADESG abrange todo o território nacional, sendo dirigida por uma Diretoria Executiva sediada no Rio de Janeiro

<http://adesgce.net/sobre>



Nova plataforma TerraMA2

A plataforma TerraMA² utilizada para construção de sistemas de monitoramento, análise e alerta de riscos ambientais, um produto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE desde 2006, foi totalmente reestruturada na versão 4 e tem seu **lançamento oficial marcado para 15 de dezembro de 2017**. Esta versão foi desenvolvida dentro do projeto “Programa Cerrado”, uma iniciativa de cooperação entre os governos do Brasil e do Reino Unido, com apoio do Banco Mundial. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), é o responsável pela coordenação geral do programa. O objetivo da iniciativa é contribuir para a mitigação da mudança do clima e para melhoria da gestão de recursos naturais no bioma Cerrado por meio do aprimoramento de políticas públicas e de práticas de produtores rurais. Um dos produtos desse projeto foi a construção do sistema de monitoramento de queimadas fazendo uso da plataforma TerraMA²Q. Paralelamente ao projeto estamos entregando a comunidade uma atualização da mesma plataforma com ferramentas para construir sistemas de monitoramento em diferentes aplicações.

As capacidades de aplicações continuam as mesmas, como qualidade do ar, qualidade da água, gasodutos, barragens de rejeito em área de mineração, incêndios florestais, movimentos de massa do tipo escorregamentos e corridas de lama, enchentes e estiagens, entre outras. O que mudou na geração 4 da plataforma TerraMA² foi toda a base tecnológica. Novas tecnologias de desenvolvimento de softwares foram utilizadas de modo que as interfaces com o usuário estão apresentadas em aplicações web, podendo ser acessada, configurada e manipulada de qualquer ponto da internet.

A geração 4 da plataforma TerraMA² foi totalmente reestruturada para ficar mais amigável, ágil, flexível e compatível com os padrões internacionais do mercado ditados pelo Open Geospatial Consortium – OGC, padrões ISO do geoprocessamento. Os principais avanços nessa nova versão são:

- Armazenamento e acesso a dados geoespaciais nos padrões OGC SFS - Simple Feature Access e serviços web como WMS (Web Map Service), WCS (Web Coverage Service) e WFS (Web Feature Service);
- Capacidade para trabalhar com bases de dados distribuídas, tanto para dados estáticos quanto dinâmicos;
- Suporte a diferentes arquiteturas para armazenamento dos dados: arquivos vetoriais, arquivos matriciais, servidores de bancos de dados e serviços web;
- Execução de serviços locais ou remotos em diferentes máquinas;
- Administração de usuários e gerencia de projetos por interface WEB;
- Novo visualizador WEB de monitoramento;
- Análise por scripts na linguagem de programação Python, com novos operadores geográficos sobre dados ambientais.

OBS: O evento será totalmente transmitido pelo Webnar do MundoGeo. As pessoas que desejarem vir ao INPE pedimos a gentileza de confirmar presença pelo email: terrama2@dpi.inpe.br



População de migrantes no Brasil aumentou 20% no período 2010-2015, revela agência da ONU

Imigrantes haitianos em Iñapari, no Peru. A rota era usada por muitos para alcançar o Brasil pela fronteira com o Acre, para depois seguirem para centros urbanos. Milhares de haitianos migraram para o Brasil após o terremoto que atingiu o país caribenho, em janeiro de 2010. Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.

De 2010 a 2015, a população de migrantes vivendo no Brasil cresceu 20%, chegando a 713 mil. Desse contingente, 207 mil vêm de outros países da América do Sul. Volume de sul-americanos que chegaram ao território brasileiro também aumentou 20% no mesmo período. É o que revela o relatório da Organização Internacional para as

Migrações (OIM), *World Migration Report 2018*, divulgado trienalmente e publicado no início do mês (1º).

Segundo a pesquisa, 70% de todos os movimentos migratórios na América do Sul são intrarregionais, ou seja, não envolvem deslocamentos para nações fora da região. Argentina, Chile e Bolívia identificaram a mesma tendência de alta no volume de sul-americanos expatriados em seus respectivos territórios, com taxas de crescimento variando de 16% a 18%. Segundo a OIM, migrantes que chegam ao Brasil, Argentina e Chile vêm sobretudo dos países andinos e também do Paraguai.

A OIM estima que, em 2015, os migrantes sul-americanos representavam 29% de todos os estrangeiros morando no Brasil.

A nível regional, quando desconsiderada a origem dos migrantes, a nação brasileira é a terceira com o maior contingente de estrangeiros, ficando atrás apenas da Venezuela, com 1,4 milhão de migrantes, e da Argentina, com quase 2,1 milhões. Todavia, a população de migrantes no Brasil representa apenas 0,3% de todos os habitantes do país, uma proporção bem inferior às das outras duas nações no topo do ranking, onde quase 5% da população é de estrangeiros.

O levantamento da OIM indica ainda que o Brasil é o país com a segunda maior população de expatriados que deixam a América do Sul. Cerca de 1,3 milhão de brasileiros vivem em países fora da região. A nação com o maior volume de emigrados extrarregionais é a Colômbia — aproximadamente 1,4 milhão de colombianos não vivem mais em solo sul-americano.

O organismo internacional também verificou que, desde 2010, o fluxo de europeus migrando para a América Latina e o Caribe é maior do que o inverso. Entre os expatriados da União Europeia, estão sobretudo cidadãos de Espanha, Portugal e Itália. Em 2015, havia em torno de 700 mil europeus dessas nações morando na América do Sul. A OIM também identificou um número crescente de haitianos, cubanos e dominicanos migrando para países sul-americanos.

De acordo com dados de 2015, a OIM calcula que haja, no mundo, 244 milhões de migrantes. Isso equivale a apenas 3,3% da população global, uma proporção surpreendentemente pequena que indica que a permanência no país de origem continua sendo a norma. De acordo com a agência da ONU, a migração dentro do território nacional alcança números consideravelmente maiores — em 2009, esse contingente era estimado em 740 milhões.

A OIM lembra que a migração traz benefícios para quem se desloca, para seus familiares e para os países de origem e de destino. Em 2016, o Banco Mundial estimou que as remessas de dinheiro enviadas por migrantes aos seus parentes já haviam chegado à soma de 429 bilhões de dólares. Atualmente, o montante representa mais do que três vezes o orçamento da ajuda internacional para o desenvolvimento.

Além disso, migrantes enriquecem a cultura das comunidades que os recebem, com técnicas e saberes muitas vezes desconhecidos por parte dos moradores desses locais.

Dados específicos sobre América do Sul, recuperados pelo atual relatório, já haviam sido divulgados previamente em boletim informativo da OIM.

Acesse o relatório

FONTE: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf



Brasil

Maranhão assina acordo com PNUD para implementação da Agenda 2030 no estado

O governo do Maranhão assinou na semana passada (7/12) em São Luís acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de fortalecer a implementação da Agenda 2030 no estado por meio da adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A adesão foi formalizada durante o encerramento do Seminário Mais IDH, que avaliou estratégias de promoção do desenvolvimento socioeconômico nos 30 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do estado.

“É um compromisso que o governo do Maranhão assumiu de priorizar políticas sociais. Assumimos um documento com várias estratégias, inclusive o Plano Mais IDH, e assinamos também a segunda edição da campanha de combate ao trabalho escravo, para que em nossas escolas, em todo nosso território, possamos esclarecer as pessoas sobre seus direitos e dar condições integrais de trabalho”, afirmou o governador Flávio Dino.

O Plano Mais IDH executa ações nas áreas da saúde, educação, cidadania, infraestrutura, habitação, entre outras.

“Fornecemos importantes ferramentas de acompanhamento e planejamento para o combate à pobreza e incentivo ao desenvolvimento em âmbito federal, mas percebemos que nesse momento é essencial atuar no desenvolvimento de políticas públicas junto a estados e municípios; e é esse apoio técnico que vamos oferecer aqui no Maranhão”, afirmou o gerente regional do PNUD, Frederico Lacerda.

Seminário

Integrando a Semana Estadual de Direitos Humanos, o seminário reuniu mais de 300 pessoas que atuam diretamente nas equipes técnicas do Mais IDH, coordenadores dos comitês municipais, secretários de Estado, pesquisadores e representantes de instituições que colaboraram com a identificação de soluções para os desafios apresentados ao longo dos dois anos e meio de execução do plano.

“A gente não muda a pobreza sem construir redes e teias de políticas públicas com a colaboração solidária das equipes. Precisamos fazer um balanço daquilo em que avançamos e encontrar soluções para os gargalos apresentados ao longo desse tempo”, disse o secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves da Conceição.

O secretário de Direitos Humanos destacou ainda o compromisso do governo do Maranhão com o desenvolvimento de políticas que priorizem os indicadores da vida das pessoas e promovam a redução da extrema pobreza com estratégias de desenvolvimento social sustentável.

FONTE:<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/12/08/estado-do-maranh-o-adere-aos-ods.html>

FONTE:<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>



15ª Conferência Internacional sobre Estruturas sob Choque e Impacto (SUSI) 2018

A crescente necessidade de proteger infraestrutura civil e instalações industriais contra cargas não intencionais decorrentes de eventos acidentais de impacto e explosão, bem como um ataque terrorista, reflete-se no interesse contínuo nas reuniões da SUSI ao longo de três décadas. Embora tenham sido feitos avanços ao longo deste período, ainda existem muitos desafios, de modo a desenvolver abordagens de mitigação e impacto mais efetivas e eficientes do que atualmente. O foco principal continua sendo a capacidade de sobrevivência das instalações físicas e a proteção das pessoas, além de reduzir as perdas econômicas e o impacto no meio ambiente, com ênfase em tecnologias de proteção inovadoras para apoiar as necessidades de uma sociedade moderna e economicamente crescente.

A aplicação desta tecnologia varia desde o transporte seguro de pessoas em vários modos e o transporte de materiais perigosos ou combustíveis para defesas contra ameaças de perigo natural, como inundações, vento, tempestades, tsunamis e terremotos.

Os tópicos incluem:

- Impacto e carregamento por explosão
- Comportamento sísmico
- Proteção de estruturas existentes
- Mitigação e avaliação de perigos
- Problemas de segurança

- Análise dinâmica de estruturas compostas
- Comportamento material dinâmico
- Desenho estrutural contra atividades multipolar
- Interação de estrutura de fluido

FONTE: http://www.wessex.ac.uk/images/pdf_cfps/2018/SUSI18_CFP.PDF



Recuperação da rede elétrica após impacto de risco natural

Este estudo analisou os efeitos dos terremotos, inundações e tempo espacial na rede elétrica da União Europeia para identificar vulnerabilidades e entender como esses riscos naturais influenciam o tempo de recuperação de serviços elétricos.

As seguintes recomendações relacionadas à política, mitigação de riscos e gerenciamento de emergências emergiram dos resultados deste estudo:

- Sempre que possível, as avaliações de risco em diferentes áreas da política da UE que afetam direta ou indiretamente as infraestruturas elétricas devem usar um conjunto consistente de cenários.
- Os esforços de gerenciamento de riscos devem ser integrados para maximizar a eficiência.
- Deve haver uma transição entre os componentes e instalações do sistema de endurecimento para **construir a resiliência na rede elétrica** para permitir que o sistema funcione mesmo em condições de desastre ou se recupere mais rapidamente.
- A resistência da rede elétrica europeia ao clima espacial extremo deve ser avaliada.
- Os TSOs / DSOs devem desenvolver, implementar e fazer exercícios de planos de gerenciamento de interrupção. Estes planos devem ser atualizados quando as lacunas são identificadas, por exemplo, em caso de mudança climática.
- Os itens de reposição devem ser armazenados para acelerar o reparo ou a substituição de ativos e equipamentos chave.
- A interoperabilidade entre os TSO / DSO vizinhos, e entre os ORT / DSOs e as organizações de gestão de emergências devem ser asseguradas.
- As reparações a clientes elétricos críticos devem ser priorizadas.

FONTE: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/90b89c12-db00-11e7-a506-01aa75ed71a1/language-en>



CDRP - Processo de recuperação de desastres climáticos em Chennai: relatório final de resumo

Este relatório mostra os principais resultados e resultados de um estudo sobre o processo de recuperação em Chennai após as inundações do sul do sul de 2015. Os dados do domicílio foram coletados dez meses após o desastre em Mylapore e Velachery, dois eleitorados de Chennai.

Os resultados destacam que a gravidade das inundações correlacionou-se com o tempo necessário para se recuperar. Os resultados também mostram que os esforços de recuperação conduzidos pelas autoridades locais e estaduais foram apreciados pelos residentes locais afetados. Foram identificadas áreas de melhoria, incluindo a necessidade de maior envolvimento dos residentes no processo de planejamento de recuperação e avaliação de necessidades. Finalmente, as áreas em estudo foram construídas novamente, o que indicou que o processo de recuperação foi positivo.

FONTE:http://www.preventionweb.net/files/56248_cdrpreportfinal.pdf



Precipitação extrema: a influência das mudanças climáticas

Esta ficha fornece uma visão geral da influência das **mudanças climáticas** nas chuvas extremas e inundações na Austrália. Foi lançado como uma resposta urgente aos fortes chuvas e tempestades que começaram a atingir Victoria e o sudeste australiano no início de dezembro de 2017, o que foi antecipado como algumas das chuvas mais intensas de Victoria em décadas.

Através das regiões norte e central do estado, foram esperados 100-200 mm em três dias, enquanto os totais da chuva deveriam chegar a 250mm + nos intervalos nordeste. Algumas partes deveriam receber mais de 50 mm de chuva em uma hora, resultando em projeções de inundações inesperadas perigosas e generalizadas em Victoria.

FONTE:<http://www.climatecouncil.org.au/>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>